

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

DIOMAR LINO FORMENTON

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL:
SIGNIFICADO DO PAA- PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA
A AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTO ÂNGELO**

TRÊS PASSOS, RS 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

DIOMAR LINO FORMENTON

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Ciências Econômicas como requisito
para obtenção da Graduação em Planejamento e
Gestão para o Desenvolvimento Rural

Orientador: Dr. Marcelo Antonio Conterato

Tutora: Fernanda Nichele

Três Passos, RS 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

DIOMAR LINO FORMENTON

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Ciências Econômicas como requisito
para obtenção da Graduação em Planejamento e
Gestão para o Desenvolvimento Rural

Banca Examinadora formada pelos professores:

Orientador: _____

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

Professora: _____

Tutora Fernanda Nichele

Professor: _____

Prof. Leonardo Xavier da Silva

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico o meu trabalho às famílias rurais, principalmente pela nobre missão de produzir alimentos e colaborar decisivamente para o enfrentamento à pobreza e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Aos professores e tutores que tiveram participação fundamental nesta experiência de graduação a distância, oportunizando conquista de conhecimentos e saberes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a oportunidade da vida, à filha e minha companheira pela parceria, à colega de grupo pela colaboração e a todos (as) agricultores (as), jovens rurais que contribuíram e perseveraram em suas lutas diárias.

O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher. “Doralina”

RESUMO

A agricultura familiar vive um momento interessante com o aceleramento do êxodo rural nas últimas décadas na busca de emprego, de uma vida mais digna, principalmente do jovem rural. A modernização da agricultura muito contribuiu para que isso acontecesse, diminuindo a necessidade de mão de obra, altos custos de produção e a proposta do agronegócio com produção com altas tecnologias e voltada para exportação. As tecnologias foram oferecidas indiscriminadamente, desconsiderando as culturas, conhecimentos e mesmo condições financeiras, tendo assim um agravamento, descapitalizando e excluindo a agricultura familiar. Hoje temos políticas públicas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) da Agricultura Familiar, que tenta resgatar a essência dos agricultores familiares, ou seja, a produção de alimentos para sua subsistência e fornecimento ao mercado local e regional, bem como ao enfrentamento à pobreza e insegurança alimentar. Diagnosticamos o perfil dos agricultores, em relação à área de produção, principal atividade desenvolvida na propriedade, renda mensal bruta e a forma de organização, associações, cooperativas ou individual. Diagnosticamos também o que significa o PAA para a sua família, que é mais uma renda, mercado certo, bem como para o município de Santo Ângelo onde, segundo os entrevistados, o programa colabora para a permanência principalmente do jovem no meio rural e o seu término significaria o caos, um fracasso.

Palavras – chave: Políticas públicas, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

Family farms are an interesting time living with the acceleration of rural exodus in recent decades in search of employment, a better life, especially the rural youth. The modernization of agriculture has contributed to make this happen, diminishing the need for labor, high production costs and the proposal of the agribusiness production with high technology and export-oriented. The technologies were offered indiscriminately, disregarding the culture, knowledge and even financial conditions, and thus a worsening, and capitalize excluding family farming. Today we have public policies such as PAA (Food Acquisition Program) Family Farming, which attempts to rescue the essence of family farmers, or food production for subsistence and supply to local and regional market as well as confronting the poverty and food insecurity. We diagnosed the profile of farmers in relation to the production area, main activity on the property, gross monthly income and type of organization, associations, cooperatives or individual. Diagnose what it means to the PAA for your family, which is more income, right market, as well as the municipality of Santo Angelo where, according to respondents, the program contributes to the permanence of the young especially in rural areas and its end mean chaos, a failure.

Keywords: public policy; PAA (Food Acquisition Program), Rural Development.

LISTA DE FIGURAS

Fotos 1,2 e 3: Assistência Técnica pela equipe.....	45
Foto nº 1 produtor de pêsego na Comunidade de Buriti; foto nº 2 produtor de hortigranjeiros na Comunidade do Bairro Pippi e foto nº 3 produtor de melão na Comunidade de Ilha Grande.	
Fotos 4,5 e 6: Alguns produtos entregues ao PAA.....	49
Foto nº 4 mostra alface; foto nº 5 mostra a diversidade como melão, ovos, moranga, milho verde, repolho e outros e a foto nº 6 mostra pães caseiros.	
Fotos 7,8 e 9: Cursos e visitas técnicas.....	52
Foto nº 7 curso de fabricação de massa caseira; foto nº 8 produtor de hortigranjeiros e foto nº 9 curso de fabricação de schmier.	

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Tabela onde demonstra a área dos agricultores, própria e/ou arrendada, a principal cultura da propriedade, renda mensal bruta e forma de organização, Associação ou individual.....43

Tabela 02 – Informa os produtos produzidos pelos agricultores fornecidos ao PAA, a frequência de entrega e o que o Programa significa para sua família e para o município de Santo Ângelo na opinião dos entrevistados.....46

Tabela 3 – Na opinião dos entrevistados o que significaria para a agricultura do município o término do PAA.....51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de pesquisa.....	15
2 OBJETIVOS	16
2.1 Objetivo geral.....	16
2.2 Objetivos específicos.....	16
3 JUSTIFICATIVA	17
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
4.1 Segurança Alimentar e Nutricional.....	18
4.2 Desenvolvimento Rural.....	19
5 ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAN EM SANTO ÂNGELO	22
5.1 Programas federais, estaduais e municipais em Santo Ângelo.....	22
5.2.1 Caracterização e funcionamento dos programas e como estão implementados no município.....	23
5.2.1.1 Programas e ações	23
5.2.1.2 Eixo acesso aos alimentos.....	23
5.2.1.3 Geração de renda.....	25
5.2.1.4 Articulação, mobilização e controle social.....	26
6 ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA	29
6.1 Políticas públicas da agricultura familiar de Santo Ângelo.....	32
6.1.1 Círculo de máquinas.....	33
6.1.2 Programa ao jovem rural de Santo Ângelo: “jovem rural do presente para o futuro” ...	34
6.1.3 Programa de reflorestamento.....	34
6.1.4 Programa de piscicultura.....	35
6.1.5 Programa de produção leiteira: qualidade do leite.....	35
6.1.6 Assistência técnica.....	36

7 INSTRUMENTOS de POLÍTICA e DESENVOLVIMENTO RURAL.....	36
8 MODALIDADES DO PAA.....	40
8.1 Modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar.....	40
8.2 Modalidade Formação de Estoques Pela Agricultura Familiar.....	40
8.3 Modalidade Compra da Agricultura Familiar Para Doação Simultânea.....	41
8.4 Modalidade ‘Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite – IPCL’ ou ‘PAA-Leite.....	41
9 METODOLOGIA.....	42
9.1 População e Amostragem.....	42
9.1.1 Coleta de dados.....	42
10 ANÁLISE DOS DADOS.....	43
10.1 Resultados e discussão.....	43
10.1.1 Perfil dos agricultores familiares.....	43
10.1.2 Significado do PAA à família e ao município.....	45
10.1.3 Significado do possível término do PAA no município.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
APÊNDICES.....	58

INTRODUÇÃO

Historicamente agricultores familiares produziram alimentos, para seu sustento e o excedente, trocavam ou comercializavam, tendo custos baixos para manutenção da família.

Chegou a modernização e alta tecnologia, interesses diversos foram praticamente impostos aos agricultores, independente de suas condições financeiras, sua cultura, seu conhecimento e perfil de produção (ALMEIDA). Na região, das Missões, onde se situa o município de Santo Ângelo, o qual farei análise das políticas públicas, a cultura da soja foi implementada, com metodologias globalizadas, onde o agricultor que tem a produtividade baixa, é porque não seguiu as orientações técnicas, não foi competente e outras “causas” de seu insucesso.

A monocultura trouxe graves conseqüências, com o cultivo da soja a cada safra aumentando os custos de produção, estiagens frequentes, vulnerabilizando ainda mais a agricultura, excluindo jovens devido à sobra de mão de obra, e os agricultores familiares deixando de produzir o alimento inclusive para seu próprio consumo.

O que se propunha a ser o “desenvolvimento rural”, endividou as famílias, tornou a produção de soja em áreas menores inviáveis devido os altos custos e a descapitalização ocorrida no setor.

Diante desta situação, por muito tempo se dizia que Santo Ângelo não teria condições de produzir alimentos para abastecer o mercado local, importando-se de outros municípios, regiões e até estados, em uma média de 70 a 80% dos produtos alimentares (pesquisa URI-Universidade Regional Integrada, Campus Santo Ângelo -2007).

Políticas Públicas foram implementadas, principalmente oriundas do Governo Federal, e trabalharemos com uma já implementada em nosso município, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) da Agricultura Familiar .

O PAA é uma conquista da agricultura familiar tendo seu início em 2003, quando o Governo Federal, através do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário instituiu o programa com ampla discussão e deliberação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, quando o referido programa adquire alimento dos agricultores familiares que se enquadram no PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais.

O programa tem o objetivo de enfrentamento à pobreza e à desnutrição, segurança alimentar, assim como fortalecimento da agricultura familiar, com aquisição de seus produtos

e então possibilitando a ampliação da produção e a busca de conquista de mercado não institucional, portanto, a inclusão social acontece tanto para quem recebe o alimento bem como a quem produz, pois a grande maioria destes agricultores não tinha condições e competição no mercado, devido ao cultivo da soja que diminuiu drasticamente a produção de alimentos no município e região.

Em Santo Ângelo a modalidade do PAA é “Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea” e os produtos são repassados para 20 Instituições Sociais, APAE, Casa do Papeleiro e Central dos Estivadores, Centro de Formação São José, (Lar da Menina), Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente, Centro de Valorização a vida Dr Willy Gatz, Centro de Referência Assist. Social – CRAS Sepé, Centro de Referência Assist. Social Centro Social Urbano, Hospital Santo Ângelo, Lar de Idosos Isabel Oliveira, Lar de Idosos Suzana Wesley, Lar do Menino, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas – MMTU, ONG CEDEDICA, Projeto Bem Nutrir, Projeto Curumin, Retiro de Idosos Universina Carrera Machado, SOS Vida. As Entidades foram escolhidas pelo controle social, no caso, o COMSEA, Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

O TCC que me propus a pesquisar, considerando as Políticas Públicas e o Desenvolvimento Rural, muitos conceitos de desenvolvimento durante muitos anos foram colocados e segundo Conterato e Filipi, considerando termos político-institucionais nos demonstram que no Brasil temos políticas públicas destinadas para a agricultura familiar através do MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário e para a agricultura patronal, ao agronegócio, através do MAPA – Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento.

Isto demonstra também uma evolução, pois tínhamos no Brasil um período em que as políticas públicas eram direcionadas ao agronegócio, altas tecnologias, modernização da agricultura, a “Revolução Verde”, excluindo ou marginalizando agricultores que não se ajustavam e não implementassem tais técnicas. Estes agricultores hoje conceituados familiares ficaram a deriva, mas através de movimentos sociais que conquistaram seu espaço e o MDA foi uma das mais importantes, temos hoje políticas públicas que mesmo ainda iniciais, contemplam reivindicações, a valorização e mercado institucional para a produção de alimentos.

O desenvolvimento rural que analisaremos considerando questões econômicas, sociais, ambientais e culturais, agregação de valor e geração de renda aos agricultores familiares. O PAA no município de Santo Ângelo teve início no mês de março de 2009 até o mês de abril de 2010, quando findou a 1ª edição, pois os convênios entre Prefeitura Municipal e MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) foi de 1 ano. O programa teve o envolvimento de

200 agricultores (as), todos do município, agricultores familiares, produzindo 209 toneladas de 34 produtos que foram repassados para 18 Instituições Sociais.

O segundo convênio, agora de 2010 a 2012, portanto 2 anos, iniciou no mês de agosto do decorrente ano, tendo cadastrados 2004 agricultores que fornecerão 54 produtos com previsão de produção de 393 toneladas que serão repassados para 21 Instituições Sociais. Até o mês de dezembro de 2010 foram entregues 31,59 toneladas através de 110 agricultores.

1.1 Problema de pesquisa

Diante do exposto, o problema está em sabermos, observarmos e analisarmos quais as influências que a implantação do PAA teve sobre a dinâmica rural do município de Santo Ângelo.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivos Gerais

Saber se Políticas Públicas, como o PAA, influenciou no desenvolvimento rural do município, e o que significa este programa para a família, considerando a diversificação na produção de alimentos e geração de renda.

2.2 Objetivos específicos

Analisar o que o PAA significa para a família que comercializa seu produto.

Observar se ocorreram mudanças nos hábitos da família no momento em que aderiu ao programa, horas trabalho, mão de obra utilizada para a produção dos alimentos.

Diagnosticar qual a influência do PAA na dinâmica rural no município de Santo Ângelo.

3 JUSTIFICATIVA

O município de Santo Ângelo está situado no Noroeste do Rio Grande do Sul, tem uma população de 76160 habitantes. Desse total, 5296 são residentes do meio rural (fonte: IBGE, 2010). Possui uma área de 676,6 km², tendo em torno de 48 mil hectares de área agrícola. São 1.854 propriedades rurais, 90,5% possuem área de até 50 ha. Dados do Censo de 2010 fornecidos pelo IBGE nos demonstra a grave situação que enfrenta o “rural”, com o êxodo muito acentuado, pois Santo Ângelo possuía no ano de 2000, 76846 no meio urbano, com pequena variação para 2010, sendo a situação grave no meio rural, de 11,844 para termos hoje, 5296 habitantes em 14 distritos (IBGE 2010).

Santo Ângelo caracteriza-se pela monocultura da soja, tendo na última década a produção de leite como alternativa, necessita ainda de desenvolver alternativas que possam proporcionar a diversificação da produção, valorização da produção dos agricultores familiares, diminuindo o êxodo rural que nos últimos anos se acentua, principalmente do jovem, como também ter mais segurança na comercialização de seus produtos, pois produzem em pequena escala, algumas vezes não tendo condições de competir com grandes empresas.

. A exploração agrícola é baseada no plantio da soja, com 35 000 ha milho 7000 ha e produção leiteira, sendo que a produção leiteira do município é significativa, alcançando uma produção de 12.800 milhões de litros/ano, proveniente de um rebanho de 6.688 cabeças de bovino de leite. Ainda há 1.589 cabeças de bovinos de corte. A média de produtividade de soja, IBGE 2009 neste ano referido foi de 41 sacos o há e o milho 60 sacos o há. Existe ainda uma grande dificuldade para que agricultores familiares busquem outras alternativas através das agências bancárias via Pronaf, é que este é renovado automaticamente no momento em que o agricultor quita seu empréstimo, trazendo uma comodidade nos seus encaminhamentos. Vimos então mais de 500 famílias financiando, por exemplo, 4 a 5ha da cultura sendo economicamente inviável devido seus custos de implantação até a colheita. (fonte Banco do Brasil).

Sendo assim, desenvolvi meu TCC considerando as atuais características do município, a monocultura e como consequência uma grande instabilidade econômica e social, tendo uma agricultura insustentável, pois altos custos para uma produção em pequena escala inviabiliza a produção e uma política pública como o PAA pode ter trazido ao município novas alternativas de geração de renda, agregação de valor através de novas agroindústrias, portanto desejo saber o que estas políticas públicas significam ao desenvolvimento rural local.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 Segurança Alimentar e Nutricional

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo construído desde o final da Primeira Guerra Mundial e o mundo deu-se conta de que o país que dominasse o fornecimento de alimentos poderia ter um controle sobre os demais. A alimentação poderia ser considerada uma arma e uma questão de segurança nacional. (MALUF e MENEZES, 2010).

No ano de 1974 a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação) promoveu a primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar e o enfoque na época, era de que a alimentação estava ligada, quase que exclusivamente, à produção agrícola e fortaleceu o argumento de que com o aumento da produção utilizando insumos químicos, poderiam ser solucionados os problemas relativos à alimentação. Nem com todo aumento de produção provocado pela Revolução Verde foram sanados os problemas relacionados à desnutrição e a fome no mundo. (MALUF e MENEZES, 2010).

Em concordância com vários outros autores Conti (2009) complementa que as causas da fome no Brasil estão relacionadas à má distribuição e não à falta de alimentos. Então, para garantir segurança alimentar não bastam grandes produções, é também necessária uma distribuição de forma igualitária em quantidade e qualidade suficientes para suprir as necessidades alimentares e nutricionais da população. As mudanças climáticas, a destinação de grandes extensões de terra para a produção de matéria prima para agro combustíveis e a especulação dos alimentos nas bolsas de mercadorias de futuro são algumas das causas da crise alimentar.

Foi apenas em 2004 que se elaborou um conceito de segurança alimentar e nutricional que é definido como “o direito a todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para atender as necessidades básicas diárias sem comprometer o bem-estar social dos indivíduos”.

Em 15/09/2009 foi sancionada, pelo Presidente da República a Loran – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e criado o Sisan – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com o objetivo é assegurar o direito à alimentação adequada para todo o cidadão brasileiro e garantir mecanismos para que esta meta se cumpra.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base

práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (LOSAN, Lei nº 11.346 art. 3º).

Segurança Alimentar e Nutricional é, portanto, o direito do ser humano de ter acesso ao alimento saudável e suficiente, abrangendo aspectos culturais, econômicos, sociais e ambientais. Este direito não deve ser isolado, pois o cidadão tem direito à moradia, saúde e demais fatores indispensáveis para sua plenitude.

Existem alimentos suficientes para todos, mas os problemas residem na distribuição desigual. Altas tecnologias estão sendo implementadas para produzir cada vez mais, estão sendo obtidas altas produtividades na agricultura e, paradoxalmente, o mundo já contabiliza quase 1 bilhão de famintos. O enfrentamento à pobreza e à insegurança alimentar no Brasil está sendo pautado nas políticas públicas, como o Programa Fome Zero que articula outras 33 políticas de combate a fome, dentre elas o programa PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o Bolsa Família, Alimentação Escolar, que pode proporcionar alimento a quem tem fome, como também gerar renda e cidadania a quem produz.

4.2 Desenvolvimento Rural

Inicialmente buscamos alguns conceitos de rural, sendo bastante ampla a visão, e segundo Ângela Kageyama, existem alguns pontos que se aproxima de um consenso, como o rural não significa somente a questão agrícola; o rural possui muitas atividades desde a produtiva, ambiental, ecológica e social, as áreas rurais possui baixa populacional e as áreas rurais não estão isoladas do meio urbano, pois redes de comércio, sociais, de instituições convivem. (Kageyama 2003).

Os desafios são cada vez maiores quando, ao criticarmos o atual sistema político em relação à agricultura e seu desenvolvimento, pois teorizamos, contextualizamos e até temos algumas propostas interessantes, mas grandes dificuldades se apresentam no momento em que vamos implementá-las.

Segundo Gilmar Antonio Menegetti em seu texto “Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar”, desenvolvimento rural historicamente foi contextualizado como crescimento econômico, desconsiderando as características locais/regionais, saberes e costumes das comunidades. Com estes fatores, o autor ressalta ainda a insustentabilidade que

este sistema proporciona, com conseqüências importantes, tanto econômicas como sociais e culturais.

Zander Navarro, por sua vez, ressalta dois momentos nos últimos 50 anos em relação a denominação de “desenvolvimento”, sendo o primeiro nascido após Segunda Guerra, estendendo-se até os anos 70 sendo designado como a “revolução verde” com grande ênfase tecnológico rompendo significativamente os sistemas até então de produções de desenvolvimento local/regional homogeneizando as atividades, tendo o moderno como fator predominante das propostas da época.

O segundo momento, ainda segundo Zander Navarro, é muito recente, pois após um período onde o desenvolvimento rural ficou despercebido devido ao excesso de expectativa que havia, e não atingida, novos debates surgem a partir da década de 90, com incertezas, e no momento então o termo “globalização” em voga, mais uma vez com grandes questionamentos de sustentabilidade.

Trazendo estes aspectos para nossa atualidade local/regional temos perspectivas interessantes, mesmo sabedores das dificuldades de efetivação de mudanças em cadeias produtivas devido a todo um modelo de monocultura, desde empresas multinacionais que dominam o setor, como insumos fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e mais recente a transgenia proporcionando uma dependência ainda maior, com custos elevados.

Diante dos aspectos que nos fazem constantemente buscarmos efetivamente realizações com alternativas que possam diminuir os graves impactos na agricultura e em conseqüência nos demais setores como comércio e indústria devido as características agrícolas de nosso País e mais especificamente em nossa região.

Algumas expectativas até certo ponto com boas possibilidades de concretização, como a fruticultura, hortigranjeiros, produção leiteira e agroindústrias com objetivo de agregação de valores, potencializando o que é produzido na propriedade, comercializando seus produtos já transformados.

A fruticultura tem um potencial significativo com possibilidades concretas de produção, com solos e clima para a maioria das frutas com exceção de algumas, como exemplo a maçã que exige um maior número de horas/frio, outras são características de outras regiões do País, mas se considerarmos a fruticultura como um todo, temos plenas condições. O mercado consumidor é interessante, mas alguns entraves dificultam o incremento neste setor, como a falta de cultura para produção, necessitando de uma dedicação maior, temos pouca mão de obra, observando atentamente, possuímos agricultores com produção de soja, milho, leite e

também frutas e não fruticultores como é a característica da Serra por exemplo.(Secretaria Municipal da Agricultura – Santo Ângelo-RS).

Hortigranjeiros também tem mercado, clima e solo, mas novamente a falta de mão de obra é um grave entrave, bem como a falta de organização dos hortigranjeiros, predominando ainda a individualidade, conhecendo vários municípios da região das missões onde em torno de 80% do que é consumido, incluindo frutas e hortigranjeiros tem procedência de outras regiões e até de outros Estados, mas não conseguem ter esta percepção que a concorrência vem de fora e não é o seu vizinho. Muito trabalho estamos realizando neste sentido (Extensão Rural, meu caso), mas devemos também termos o envolvimento de todas as Instituições do comércio, indústria, para que compreendam a importância de desenvolvimento local/regional onde o retorno é para todos. (COMDASA-Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Santo Ângelo).

O setor leiteiro é o que vem dando uma “sustentabilidade” principalmente para a Agricultura Familiar, mesmo considerando os baixos preços em alguns momentos, mas possui possibilidades de avançar, tanto em produtividade como também com melhorias nos plantéis, através da inseminação artificial que a maioria dos municípios possuem, oferecendo condições de incluir um grande número de agricultores, sempre considerando a necessidade de organização dos mesmos. Ainda neste setor, temos alternativas concretas de diminuirmos os custos de produção, implementando práticas acessíveis, tendo a sustentabilidade como objetivo, usando o pastoreio rotativo, fitoterápicos e homeopatia para controle e principalmente a prevenção de doenças e também controle de carrapatos e outros, ambientalmente correto, incluindo o saber adquirido das próprias famílias rurais, tendo também um mercado organizado. O maior entrave ainda é o preço que altera constantemente, pois em relação a mão de obra, temos facilidades como ordenhadeiras canalizadas, com exemplos de fabricação dos canalizadores com baixíssimos custos, saindo do tradicional das grandes empresas, tendo também resfriadores em grupo, produzindo portanto leite de qualidade.(EMATER Regional Santa Rosa).

A agro industrialização dos produtos é uma excelente alternativa para o desenvolvimento local/regional, tendo na agregação de valor na produção agrícola um fator determinante para além de uma melhor rentabilidade, também melhor aproveitamento de mão de obra familiar, enfatizando a participação também do jovem, tendo perspectivas financeiras a ele, diminuindo sua saída para o meio urbano. Com a transformação de seus produtos, a Agricultura Familiar consegue, agregar valor ao seu produto como também oferecer ao consumidor um produto diferenciado, artesanal, geralmente sem os conservantes e originários

de produção ecológica, tendo na ausência de agrotóxicos produtos realmente de qualidade. (COMDASA-Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Santo Ângelo).

5 ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS em SAN em SANTO ÂNGELO

5.1 Programas federais, estaduais e municipais em Santo Ângelo

Os municípios seguem os programas do Governo Federal e também do Governo do Estado sendo que a maioria deles exige contrapartida municipal. Portanto, muitos dos programas descritos a seguir seguem as linhas nacionais com acréscimo de políticas municipais, mas fundem-se num mesmo objetivo que é diminuir os índices de pobreza e proporcionar dignidade às pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social mantendo uma assistência básica em segurança alimentar e nutricional.

No ano de 2009 os investimentos em Programas de SAN, conforme informações da Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania, no município de Santo Ângelo, foram R\$ 561.000,00 oriundos da esfera federal; R\$ 20.000,00 da esfera estadual e R\$ 2.999.500,00 de investimentos municipais.

Na esfera federal, os programas que estão implementados em Santo Ângelo são os programas relacionados ao Fome Zero ou seja: Bolsa Família, Alimentação Escolar (PNAE), Alimentos a grupos populacionais específicos, Banco de Alimentos, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Seguro da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) Desenvolvimento de Cooperativas de Catadores, Casa das Famílias – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Controle Social – Conselhos da área social.

No âmbito estadual desenvolve-se o Programa estruturante “Emancipar: todo mundo é cidadão” que tem como objetivo implantar sistemas de atendimento às famílias abaixo da linha de pobreza com abordagem integrada. O Rio Grande do Sul possui 485.271 famílias abaixo da linha de pobreza, sobrevivendo com meio salário mínimo per capita familiar, ou seja, sem recursos para atender suas necessidades básicas. Frente a esta realidade, o programa estruturante "Emancipar" se constitui em importante instrumento de superação da pobreza e está sendo implementado estrategicamente para atender as populações das regiões com maior vulnerabilidade social. Em Santo Ângelo a implementação deste Programa, em forma de co-participação, deu-se através da montagem de uma cozinha Comunitária, instalada junto ao Bairro João Goulart na qual são servidas refeições diárias para, aproximadamente, 150

peessoas, em condições de vulnerabilidade e insegurança alimentar. O Programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania.

Em nível municipal são desenvolvidos os programas alinhados com as propostas federais e estaduais e ainda o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil com formato municipal (PETI), Programa Municipal do Aleitamento Materno (PROMAM), Banco de Alimentos e 6 Cozinhas Comunitárias .

5.2.1. Caracterização e funcionamento dos programas e como estão implementados no município

5.2.1.1 Programas e ações

O Programa Fome Zero é uma estratégia adotada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos, promovendo a segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social da população mais vulnerável à fome.

Conforme divulgação governamental, o Fome Zero atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social.

5.2.1.2 Eixo acesso aos alimentos

Este eixo contém programas e ações de transferência de renda, alimentação e nutrição e acesso à informação e educação.

a) Bolsa Família

O Programa Bolsa Família contempla famílias em situação de pobreza, com renda familiar per capita de até R\$ 120,00 mensais, que associa a transferência de renda visando superar a desigualdade social que atinge a faixa mais carente da população e possibilita autonomia no uso dos recursos.

Neste Programa, em Santo Ângelo, são 4.500 famílias beneficiárias que recebem um mínimo de R\$ 22,00 até o máximo de R\$ 200,00 dependendo do número de crianças e jovens

no grupo familiar. O volume total de recursos destinados a essa parcela da população alcança um montante de R\$ 450.000,00 a R\$ 500.000,00 mensais, chegando a injetar na economia local R\$ 5 milhões ao ano. A gestão do programa se dá no nível municipal. O Bolsa Família está dentro do Cadastro Único que é formatado para que o município identifique os grupos familiares e comunidades de alta vulnerabilidade e extrema pobreza.

b) Alimentação Escolar (PNAE)

É um programa que oferece pelo menos uma refeição ao dia para crianças que estão na escola, visando a atender às necessidades nutricionais dos estudantes contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Em atenção a Lei nº 11.947 de junho de 2009 que obriga a aquisição de, no mínimo 30% dos alimentos dos agricultores familiares, o município implantou este programa no segundo semestre de 2010 e incluiu 80 agricultores com a comercialização direta para as escolas, beneficiando 6.000 alunos na rede municipal e 11.000 alunos na rede estadual. Este programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria Regional de Educação e Escolas.

c) Alimentos a grupos populacionais específicos

Amplia o acesso aos alimentos básicos para grupos específicos como indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais acampados, catadores de lixo e outros que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da distribuição de alimentos.

No município de Santo Ângelo existe o Programa de Aporte Nutricional que funciona diariamente e prevê a mudança de cultura alimentar, pois não repassa açúcar e óleo e inclui canjica, farinha de milho, sagu, arroz, feijão e macarrão e a quantidade depende do número de integrantes no grupo familiar. Para grupos familiares que tem crianças até 3 anos é incluído ainda o produto leite e se for constatada deficiência nutricional é realizado uma suplementação com frutas, verduras, legumes dentro do programa aleitamento materno.

O município ainda adota o controle semestral de peso e altura de mulheres, gestantes de 15 a 45 anos e de crianças até 7 anos. São realizados relatórios consolidados que permitem avaliar desnutrição, sobrepeso, obesidade. Em constatação da equipe técnica dos programas concluiu-se que está havendo uma substituição do parâmetro de desnutrição por baixo peso

por desnutrição de sobrepeso e obesidade, por isso, quando necessário o aporte nutricional, não estão sendo liberados os alimentos como açúcar e óleo.

d) Banco de Alimentos

Local que recebe doações de alimentos considerados impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo. Os alimentos são repassados a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que produzem e distribuem refeições, gratuitamente a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. Este Banco de Alimentos recebe 6 toneladas mensais de alimentos com repasse de 3.525 Kg ao mês e atingindo 5.000 pessoas/mês. Importante ressaltar que uma ação municipal prevê o total aproveitamento dos alimentos que chegam ao banco, evitando o desperdício e aproveitando aqueles alimentos que não estão aptos ao consumo humano destinando-os para alimentação animal, evitando assim a poluição ambiental e tornando a ação sustentável. Para viabilização dos Programas a Secretaria possui uma Kombi adaptada e exclusiva para transporte de alimentos dentro das normas da Vigilância Sanitária. Todos os alimentos recebidos através de doações e passam por análise, seleção, classificação, embalagens adequadas e distribuição gratuita conforme as necessidades de cada entidade definidos através de um trabalho de avaliação desenvolvido pela equipe técnica do banco de alimentos.

5.2.1.4 Geração de renda

Este eixo incentiva a economia solidária e desenvolve ações de qualificação da população de baixa renda no sentido de contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho.

a) Desenvolvimento de cooperativas de catadores

Apóia a organização sustentável e o desenvolvimento de cooperativas, em especial as de catadores, para triagem e beneficiamento do lixo, em consonância com novo modelo de tratamento integrado de resíduos e a erradicação dos lixões. Em Santo Ângelo existe uma Cooperativa de Catadores que recebe benefícios dos programas sociais complementando a alimentação de 36 famílias através do fornecimento de cestas básicas. Este programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania juntamente com a diretoria da Cooperativa que possui um trabalho conjunto visando as melhorias das condições de trabalho de seus cooperativados.

5.2.1.5 Articulação, mobilização e controle social

Este eixo tem como proposta estimular a sociedade a firmar parcerias com o governo federal para a realização de campanhas de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional.

a) Casa das Famílias – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Os Centros de Referência são um serviço continuado de proteção social básica, desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social. Esses centros são espaços físicos localizados estrategicamente em áreas com maior índice de vulnerabilidade e risco social e pessoal. Prestam atendimento socioassistencial, articulam os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando, coordenando e organizando a rede de proteção social básica intersetorialmente com políticas de qualificação profissional, inclusão produtiva, cooperativismo e demais políticas públicas e sociais em busca de melhores condições para as famílias.

Em Santo Ângelo existem 2 CRAS, sendo um localizado no Bairro Sepé e outro no centro Social Urbano. Dentro deste Programa estão incluídos os Projetos municipais que atendem os grupos formados por idosos, crianças, mulheres e jovens.

Um grupo em vulnerabilidade é o dos Idosos (60 a 65 anos) que são atendidos nos dois CRAS. Para eles são repassados suporte alimentar com alimentos não perecíveis num total de 50 idosos. Outro grupo de 120 idosos em situação mais vulnerável é atendido semanalmente e acompanhado com maior cuidado.

Os jovens tem atenção especial dentro dos projetos e a alimentação é voltada para a melhoria da qualidade nutricional tendo em vista a etapa de desenvolvimento corpóreo e ainda atividades de desenvolvimento de inclusão e aprendizagem através de oficinas de dança, de artes que são efetivadas em turno inverso ao da escola. São atendidos 365 crianças e jovens entre 07 a 14 anos.

O Projeto Cuidar tem o propósito de executar ações voltadas para as mães com crianças até 6 anos de idade com orientações e apoio sócio familiar visando o fortalecimento dos vínculos afetivos, através da inserção em atividades voltadas para as vivências de valores, desenvolvimento de habilidades, convivência e integração social. Neste projeto há a preocupação em desenvolver as potencialidades do grupo familiar visando a inclusão social. O acompanhamento e monitoramento deste trabalho acontecem através de reuniões e visitas

com a equipe gestora municipal, Secretaria, Coordenação do projeto, Técnicos das áreas de Psicologia e Pedagogia. Neste projeto estão sendo atendidas 200 famílias.

Após 6 anos da instalação dos projetos aconteceram visíveis melhorias em termos de equilíbrio físico, corporal e emocional das famílias que têm acompanhamento dos projetos sociais.

Todos os Programas tem matricialidade (atende o grupo familiar) pois a alimentação é um direito básico e todos os projetos trabalham com a segurança alimentar e nutricional focalizando os grupos mais vulneráveis em pobreza e extrema pobreza.

Em todos os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social que tem como local de referência os CRAS são servidas refeições para todos aqueles que participam das atividades propostas.

No CRAS do Bairro Sepé funciona uma Cozinha Comunitária que serve em torno de 200 refeições diárias ao preço de R\$ 2,00 e tem uma equipe designada para receber e transformar os alimentos oriundos de doações e de programas específicos. Existem outras cinco cozinhas comunitárias, sendo que uma delas é co-financiada pelo Governo Federal e as demais pelo município.

Um destaque para o município de Santo Ângelo foi o desenvolvimento do Programa Bem Nutrir, o qual foi premiado recentemente com o Prêmio Rosani Cunha do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este Programa classificou-se em 2º lugar no país, na categoria boas práticas de inclusão dentro do programa Bolsa Família, na modalidade “Práticas Governamentais Municipais”. Este programa também foi apresentado em Curitiba na Rede SAN e os técnicos estiveram na Colômbia a fim de partilhar a experiência.

O Programa Bem Nutrir desenvolve um projeto de educação alimentar e nutricional, com foco na utilização integral dos alimentos e no incentivo ao consumo de produtos regionais e de fácil acesso, sendo que cerca de 2.500 pessoas estão contempladas nele. A orientação deste programa diz respeito ao desenvolvimento de práticas que promovem a qualidade de vida de famílias em estado de vulnerabilidade, com pressuposto de que a conquista de uma alimentação mais saudável possa se transformar no catalisador de uma vida mais digna, com foco na cidadania. Várias organizações são atendidas pelo programa a saber: 22 creches, 3 abrigos para idosos (110 abrigados) além de outras entidades voltadas para populações vulneráveis diversas.

As atividades de capacitação constituem um ponto forte do programa, com alcance a cerca de 700 pessoas, por meio da execução do Curso Cozinha Brasil. Mais de 150 famílias colhem produtos de suas hortas (subprograma Agricultura Urbana). As cozinhas comunitárias

dão trabalho, de forma direta para mais de 20 pessoas da comunidade sendo que este trabalho é gerenciado por uma comissão formada entre os trabalhadores, geralmente mulheres.

Outro Prêmio recebido foi do Governo do Estado por Boas Práticas Municipais nas questões referentes a SAN. O prêmio foi de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Ainda recebem atendimento especial os projetos Curumin, Villy Gatz e Lar da Menina, que atendem crianças e adolescentes em turno inverso a escola e que tem o formato de proteção básica. Também são atendidos com recursos repassados pela municipalidade a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas (MMTU) que é de atendimento de média complexidade. Com atendimento de alta complexidade existem também o Centro de Apoio Maria Lídia Benedetti que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, 3 asilos filantrópicos (Lares da Velhice), um albergue e ainda a instituição Casa São Francisco que recebe pessoas que não tem habitação e que perderam os vínculos familiares.

Todos esses locais são atendidos com recursos oriundos das esferas federais, estaduais e municipais, administrados por diretorias, funcionários, sociedade civil e voluntários que fazem a ligação das entidades assistenciais com a administração municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania. A prioridade de atendimento a todos que chegam nestes locais é com a alimentação. Somente depois de alimentadas é que as pessoas são encaminhadas para os atendimentos profissionais competentes.

b) Controle Social

Todos os programas voltados ao aporte nutricional de famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade são acompanhados pelo Controle social através do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA) e pelo Conselho de Alimentação escolar (CAE) formados pelas entidades civis e órgãos governamentais. Também há o acompanhamento do Conselho Municipal do Desenvolvimento Agropecuário de Santo Ângelo (COMDASA) mais especificamente no PAA e na Alimentação Escolar. O CONSEA já realizou uma Conferência Regional e, atualmente é presidido por um membro do segmento dos usuários.

6 ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA

O Plano Real foi o Plano Econômico que deu resultados em relação a estabilidade do País, tendo na produção primária um dos alicerces deste objetivo.

Alguns fatores foram considerados importantes para a queda de preços dos produtos da agricultura, como o aumento da produtividade, com a valorização cambial acentua os efeitos da liberação comercial na década de 1990 e com isso reduzia os custos de produção, tendo neste período também queda dos preços internacionais dos produtos agrícolas, fim da hiperinflação normalizando então o mercado, mudanças tecnológicas e de organização das empresas e entre elas, (SILVA e SOUZA).

Tendo os produtos agropecuários como fortes aliados para a estabilização, controle da inflação, alguns produtos foram os que se destacaram e com isso, grandes dificuldades do setor naquele momento, com baixos valores de comercialização. Estes produtos que mais foram atingidos foi o café, feijão o frango e o arroz, fizeram parte da “âncora verde”, denominação para a função importante destes produtos no contexto do Plano Real, (SILVA e SOUZA).

Mesmo tendo nos produtos agrícolas um importante suporte, foi considerado que a indústria de alimentos teve uma participação maior e que a agricultura para que não levasse os preços aos consumidores, tendo um parâmetro, sendo que o índice de preços na varejo teve variação de 50%, os produtos agropecuários teve 90% de variação, (SILVA e SOUZA).

Neste período constata-se também que a margem de lucro dos produtos da indústria alimentícia diminui, em relação aos produtos oriundos da agricultura, sendo então fator positivo ao setor agrícola.

Em relação ao crédito rural, que governos propunham, tivemos uma redução no período de 1990, após muitos fracassos de planos de estabilização, tendo um momento de reajustes nas contas do governo e a seguir inicia uma recuperação, com superávit mais uma vez do setor primário, principalmente através do BNDS, que tinha pouca expressão até então.

O Plano Real teve êxito quando se propunha a estabilização de preços, ocorrendo então programas de governo para fortalecimento da agricultura, como Políticas de Garantia de Preços mínimos (PGPM), Seguro Agrícola, como o PROAGRO, Reforma Agrário e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PRONAF, foi criado e viabilizado durante o Plano Real, e hoje é um programa que cumpre uma função fundamental para o Desenvolvimento da agricultura, principalmente Agricultura Familiar.

Devido seu alcance em âmbito nacional, quando envolve todas as regiões do País, conforme suas características impulsionou o setor, sendo aprimorado e muito discutido praticamente a cada safra.

Este programa foi uma conquista dos movimentos sociais, os sindicatos dos trabalhadores da agricultura familiar, tendo atualmente recursos para os mais variados investimentos agrícolas, custeios de culturas regionalizadas e zoneadas.

Algumas características do PRONAF, citadas pela Secretaria da Agricultura familiar (SAF), ligada ao MDA, como a abrangência em termos territoriais, financiamento aos agricultores de baixa renda entre outros confirmam que foi muito importante nas condições macroeconômicas, com crescimento significativo da produção dos principais grãos, o arroz, feijão, milho, soja e trigo, passando 67 milhões de toneladas em 1996 para 140 milhões de toneladas em 2008, segundo o IBGE.

O PRONAF está sendo rediscutido tendo inclusive alguns projetos pilotos quando o programa, ao invés de financiar culturas ou mesmo criações, financiar a propriedade como um todo, em uma análise mais abrangente, conforme não somente a característica da região mais desafiador ainda, a característica e particularidade de cada módulo rural, é o PRONAF Sistêmico (Agência do Banco do Brasil)

Outro avanço significativo é em relação ao PROAGRO, passando para a Agricultura Familiar para PROAGRO Mais, que é um seguro agrícola, que avança bastante no amparo ao agricultor. Enquanto o PROAGRO cobre as despesas do financiamento mas o agricultor não recebe nada, ficando ainda mais descapitalizado, o PROAGRO Mais, além da quitação da dívida, restitui um certo valor ao mutuário, 65% da diferença do que colheu em relação a perspectiva de produtividade no momento do financiamento, portanto é um seguro agrícola.

Programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) vem fortalecer a produção de alimentos, enfrentando a pobreza, objetivando a busca da Segurança Alimentar. Este Programa além dos objetivos citados resgata em grande parte a auto-estima e confiança do agricultor, com mercado certo, gerando renda e agregando valor a produção, quando produtos agros industrializados e também fortalecendo as formas organizadas em Associações e Cooperativas de Produção.

Programa “Mais Alimento”, financiamento de tratores, equipamentos agrícolas, correção do solo, áreas de fruticultura, gado leiteiro, etc..., onde o agricultor se planeja e muitos mudam sua cadeia produtiva pois 70% da propriedade deve ser para produção de alimentos, confirmando a proposta de política Pública do atual Governo.

Outra possibilidade de fortalecimento da Agricultura Familiar é a Lei 11.947 de junho de 2009 , que obriga a aquisição de alimentação escolar no mínimo 30%, deste setor.

Portanto avanços significativos nas Políticas Públicas para a Agricultura, enfatizando a produção de alimentos, segurança alimentar, pois consideram também fatores locais/regionais, culturas, bem como com possibilidade interessante na produção de biodiesel, energia limpa e renovável. A seguir citamos algumas políticas públicas do Governo federal que vem fortalecer a agricultura familiar.

a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf tem como objetivo principal atender as necessidades dos agricultores em termos de investimento ou custeio para melhoria da qualidade na atividade rural e busca a valorização e divulgação da agricultura familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentável no meio rural. Em Santo Ângelo, através do escritório local da Emater/RS-Ascar, no ano 2010, foram encaminhados 56 projetos pelas agências bancárias do município: Banco do Brasil foram 43 no valor do crédito concedido de R\$ 698.902,84, pelo SICREDI 11 projetos no valor de R\$ 500.713,51 e no Banrisul 2 projetos no valor de R\$20.811,00. Grande parte destes projetos estão incluídos no Mais Alimentos que prevê que as atividades agrícolas sejam para aumentar a produção de alimentos. A elaboração dos projetos fica a cargo da Emater/RS-Ascar e também escritórios particulares sendo que a aplicação dos recursos é do encargo dos produtores. Vale salientar que a implantação deste programa no âmbito municipal dá um bom aporte financeiro que gira dentro do comércio local bem como incrementa a produção de alimentos que pode ser disponibilizada de inúmeras formas para a população.

b) Seguro da Agricultura Familiar

Como a atividade agrícola é uma atividade de risco, este programa garante a cobertura de 100% do financiamento mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado pelo(a) agricultor(a) familiar. Esta inovação permite a garantia da renda esperada pelo(a) agricultor(a) familiar no momento de contratar suas operações de custeio e investimento agrícola no Pronaf. A administração fica no encargo das agências bancárias por ocasião da contratação do crédito. Normalmente os produtores rurais fazem a opção pelo Seguro pois a região, frequentemente, sofre com as variações climáticas.

c) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

Este programa incentiva a produção de alimentos pela agricultura familiar, permitindo a aquisição de alimentos para destinar ao atendimento das demandas de suplementação alimentar de programas sociais locais, com vistas à superação da vulnerabilidade alimentar de parte da população. Este programa agiliza e facilita a aquisição direta de gêneros alimentícios dos agricultores familiares ou de suas entidades associativas, para serem doados aos programas e entidades ligadas à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Os produtos oriundos da agricultura familiar são destinados para 20 entidades assistenciais/beneficentes de Santo Ângelo, adquirindo 4 toneladas de alimentos por semana oriundos de 204 famílias e beneficiando, em torno de 2.000 pessoas. A primeira edição do PAA, de março de 2009 a abril de 2010 foram entregues 209 toneladas oriundas de 200 agricultores. Na segunda edição do PAA está prevista a entrega de 393 toneladas de alimentos de outubro de 2010 a maio de 2012, R\$ 4.500,00/agricultor, 54 produtos valor total R\$ 1.007.000,00, sendo R\$ 918.000,00 do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) e R\$ 89.000,00 recursos próprios (equipe técnica, um Engenheiro Agrônomo e um Técnico Agrícola). No período de 13/10/2010 a 21/12/2010, 110 agricultores entregaram 31,59 toneladas de produtos. A prioridade no município é para a inclusão de agricultoras mulheres e jovens rurais para a realização de fornecimento de produtos. Este programa está sendo coordenado pela Secretaria Municipal da Agricultura, também responsável pelas informações.

6.1 Políticas Públicas da Agricultura Familiar de Santo Ângelo

A Secretaria Municipal da Agricultura (SEMAGRI) busca junto a Agricultura Familiar como objetivo principal a Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural Sustentável, com produção de alimentos enfatizando a produção sem agrotóxicos, respeitando o meio ambiente, o saber do(a) agricultor(a), sendo o projeto construído com a participação efetiva das comunidades rurais, sendo as mesmas co-responsáveis, promovendo a sustentabilidade e cidadania.

O trabalho está sendo construído, com a participação de mais de 600 agricultores(as) de 30 Comunidades Rurais, através do COMDASA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Santo Ângelo) com parcerias como Emater, STR, COTRISA, ARFOM, e também os conselhos municipais de meio ambiente, segurança

alimentar e de saúde, formas organizadas como Associações de Agricultores (as) e Cooperativas de Produção, CDL, ACISA, Sindilojas, URI, tendo como uma das principais estratégias o desenvolvimento de reuniões nas Comunidades, relatando o que foi e está sendo desenvolvido e juntos formatando as metas de Desenvolvimento Rural Sustentável para o município de Santo Ângelo.

6.1.1 Círculo de Máquinas

Com o objetivo de prestar serviços mecanizados a um número maior de pequenos produtores rurais, através de maquinários de outros produtores da localidade, identificando e cadastrando os produtores interessados em prestar serviços, realizando um levantamento da quantidade de máquinas existentes no município para prestação de serviço, fazendo levantamento e cadastrar produtores que possuem equipamentos com condições de prestar serviços, cadastrando associações que possuem equipamentos e queiram prestar serviços, realizando levantamento do tipo de serviço a ser realizado, identificando os com maior demanda, aumentando a eficiência e intensificando o uso das máquinas agrícolas nas propriedades, reduzindo os custos/investimentos dos produtores que possuem máquinas, maximizando a utilização dos equipamentos, diminuindo custos aos órgãos Públicos e maximizando a quantidade de serviços realizados.

O círculo de máquinas é uma alternativa para o setor agropecuário sobre a questão da realização de serviços mecanizados na propriedade, que com esta forma poderá aumentar a demanda. Envolverá o pequeno produtor que não tem condições de adquirir maquinário próprio, proprietários de tratores e implementos que tornam-se prestadores de serviço e a Administração Municipal que fará a intermediação e subsidiará em 30% do custo do serviço realizado, sendo que desta forma esta poderá atender um número maior de produtores.

Será uma forma de ajuda mútua, pois enquanto o tomador de serviço melhora a produtividade, o prestador do serviço será beneficiado pelo aumento de horas trabalhadas com seu maquinário que, na maioria do tempo fica para e assim compensa a depreciação do equipamento.

Os agricultores devem preencher alguns quesitos, definidos pelo COMDASA, como: residir na propriedade, ser cadastrado na Secretaria Municipal da Agricultura, dispor de uma área de até um módulo rural (25 hectares), recolher o valor das horas/máquina trabalhadas para as associações, estar em dia com suas contribuições perante os órgãos municipais, fazer a fiscalização de 30% (trinta por cento) dos serviços realizados, pelos técnicos da Semagri e

preparo do solo e plantio para diversificação do manejo/culturas, exceto a cultura da soja, com subsídio de até 3horas/produtor.

6.1.2 Programa ao jovem rural de Santo Ângelo: “Jovem rural do presente para o futuro”

O município de Santo Ângelo e a Região das Missões com sua economia baseada fortemente na agricultura familiar vem com uma preocupação importante, o êxodo do jovem rural, nas últimas décadas agravou a situação do setor, envelhecendo sua população e comprometendo a sucessão, e assim também o futuro de nossa agricultura.

Diante desta constatação, a SEMAGRI vem propor um programa ao município, para discussão com as parcerias. (IBGE 2010)

A Secretaria Municipal da Agricultura de Santo Ângelo (SEMAGRI) discutiu a proposta junto ao COMDASA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Santo Ângelo), um Programa voltado ao jovem rural, “jovem rural do presente para o futuro”. O Conselho discutiu a proposta, com sugestões, críticas. (SEMAGRI e COMDASA)

O programa está em fase inicial com Cadastramento de todos os jovens rurais do município através da própria Secretaria, Emater Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conselheiros agropecuários, agentes comunitários de saúde e outras lideranças.

Está sendo realizado um diagnóstico do número de jovens existentes no município, com suas próprias idéias e perspectivas, o qual será apresentado os dados coletados em um Encontro, para projetar ações e priorizar os jovens rurais nas políticas públicas como PAA e Alimentação Escolar (em andamento no município). (SEMAGRI e COMDASA)

6.1.3 Programa de reflorestamento

A implantação de reflorestamentos no município de Santo Ângelo tem como objetivo suprir a falta de matéria prima florestal, necessitando encontrar alternativas para fixar o homem no meio rural e oportunizar empreendimentos viáveis com retorno lucrativo que lhe proporcionem melhor qualidade de vida.

O reflorestamento surge como uma alternativa tanto para o produtor rural, que terá uma fonte alternativa de renda, quanto para os consumidores que terão a matéria-prima sem haver a necessidade de buscá-la em outras regiões, encarecendo o custo.A atividade florestal além da importância ambiental destaca-se também pelo seu valor econômico e social, é desenvolvida nas pequenas e médias propriedades rurais é uma fonte de renda ao produtor rural.

O plantio de espécies florestais de rápido crescimento em propriedades rurais traz uma série de benefícios indiretos, como ocupação dos solos não agricultáveis, proteção de nascentes e cursos d'água, recuperação do solo, entre outros. Contudo, a cultura da floresta é também uma atividade econômica como uma cultura agrícola tradicional.

A Prefeitura Municipal possui convênio com a ARFOM (Associação de Reposição Florestal) onde são repassados R\$20.000,00 anuais para que a Secretaria da Agricultura repasse aos agricultores 500 mudas de eucaliptos por família com objetivo de produção de lenha e mais uma alternativa de renda.

6.1.4 Programa de Piscicultura

A piscicultura no município de Santo Ângelo é desenvolvida e explorada comercialmente, em sua quase totalidade, por produtores integrantes da APROPESA – Associação de Produtores de Peixes de Santo Ângelo. Ainda a maior parte da atividade está na produção e consumo familiar.

No entanto a atividade de piscicultura vem conquistando gradativamente novos adeptos nas propriedades rurais em função da possibilidade de aumentar a renda familiar.

O desenvolvimento de novos sistemas de criação, alimentação e manejo adequado têm proporcionado aumento na produção e, sobretudo, disponibilizado aos produtores rurais uma nova fonte de renda.

A Secretaria da Agricultura incentiva o setor através de subsídio de 25% na aquisição a alevinos, construção de açudes, assistência técnica e realização de feiras do peixe, com comercialização direta ao consumidor.

6.1.5 Programa de Produção Leiteira

O município possui um plantel de 6000 animais de produção leiteira, com uma produção diária de 45000 litros/dia, obtendo um importante aumento nos últimos 5 anos, quando era produzido 25000 litros/dia. (SEMAGRI e COMDASA)

Isso devido a algumas políticas municipais como o incentivo através de repasse de R\$ 25.000,00 anualmente à APLEGLESA (Associação de Produtores de Leite de Santo Ângelo) quando subsidia 50% do valor do sêmen, melhorando significativamente a genética do plantel, inclusive com os agricultores formando suas próprias novilhas.

A assistência técnica permanente orientando na sanidade, higiene, buscando diminuir o custo de produção com instalação de pastagem no sistema rotativo, realização de campanha de vacinação de brucelose, nas terneiras, atingindo todas as propriedades, sendo realizado semestralmente, identificação das terneiras, por meio de brincos, no momento da vacinação e entrega de um fichário de controle sanitário, fazer a certificação de propriedades livres de brucelose e tuberculose.

6.1.6 Assistência Técnica

A assistência técnica é uma das principais políticas que vem ao encontro dos agricultores familiares, pois a secretaria Municipal da agricultura que possui dois técnicos até início de 2009, um técnico agrícola e uma médica veterinária possui hoje mais quatro técnicos agrícolas e uma engenheira agrônoma, com importante incremento, pois ainda soma-se a outras entidades como Emater, ARFOM e Cooperativa, conjugando e potencializando a assistência.

O município formou o Fórum Técnico do COMDASA que reúne estas entidades com reuniões mensais que planejam em conjunto a assistência técnica e suas metodologias para obter um maior alcance junto aos agricultores.

7 INSTRUMENTOS de POLÍTICA e DESENVOLVIMENTO RURAL

A Agricultura historicamente foi conceituada como um setor atrasado, secundário, visto como uma saída para problemas de um país, como mão de obra barata para o momento de industrialização, sustentação de alguns “Planos de Governo”, com preços muito baixos aos agricultores como foi o Plano Real.

A modernização da Agricultura aparece como uma solução, como a “Revolução Verde”, onde o investimento em tecnologias que pudessem dar um impulso na produtividade, utilização de agroquímicos em grande escala, maquinários, equipamentos, sem uma análise mais profunda das possíveis conseqüências que poderiam advir.

As políticas públicas beneficiaram latifúndios, com financiamentos e subsídios, excluindo uma maioria que não tinham “capacidade” de implementar “altas tecnologias”, não queriam progredir, isso nos conceitos de governos e até lideranças, que até os momentos atuais ainda assim raciocinam.

Quem não usava um pacote tecnológico, que propunha uma produção com menos químicos, já era, e ainda é por uma fatia expressiva da sociedade conceituado de “atrasado”, que não quer progredir, (MIELITZ e MELLO)

Áreas foram devastadas, pois a modernização chegou ao País, devemos ser mais eficientes, exportar mais, principalmente grãos, sem termos uma transformação dos mesmos, onde agregaria valor ao produto.

Governos com políticas públicas que beneficiaram uma pequena camada da população agrícola, pois se apregoava a modernização e isso significou “ainda significa” para alguns, a modernização, eficiência, desconsiderando qualquer possibilidade de alternativas que não fossem, uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e na área de equipamentos, tratores colheitadeiras, semeadeiras, etc., mais uma vez com exclusão da camada de agricultores que não tinham condições de acompanhar tal progresso desejado.

Nossa região, das missões sofreu conseqüências graves com a exclusão dos agricultores familiares ou então em sua inclusão, generalizando tecnologias e alternativas de plantio, como da soja onde inviabiliza milhares destes agricultores, deixando vulneráveis e sem confiança, pois com a monocultura, altos custos de produção, estas pequenas áreas são “sucateadas”.

Os próprios movimentos sociais do Rio Grande do Sul, como a FETAG realizou mobilizações em todo o Estado em favor dos transgênicos, nem questionemos esta tecnologia, mas não se deram conta que incentivaram o cultivo da soja e com tal tecnologia tornar-se-ia viável em qualquer área cultivada, pelo menos em nenhum momento refletiram e discutiram estas questões fundamentais. Hoje com a falibilidade de seu quadro associativo, mudaram o rumo das discussões, embora, acredito que muito aquém da grandeza e importância destes agricultores para o desenvolvimento de nosso País.

O agricultor familiar deixou de produzir seu próprio alimento iludindo-se que poderia acompanhar agricultores com áreas maiores que possuem condições de produzir em alta escala, tendo lucro devido a quantidade e também as condições financeiras de maiores investimentos em suas lavouras, (MIELITZ e MELLO).

O agricultor em alguns momentos, devido a incentivos de crédito até com facilidade consegue adquiri-los, tendo com decorrer do tempo enormes dificuldades de manutenção dos mesmos, chegando a ter que deixar de utilizá-los por não ter condições de reformas necessárias para o desempenho de trabalho em sua propriedade, causando uma enorme descrença nos seguintes governos e sendo inviáveis a utilização destes equipamentos e maquinários. (MIELITZ e MELLO).

O crédito oferecido aos agricultores familiares são os mesmos que para os “empresariais”, ou seja, com muita facilidade se financia por exemplo 2 ou 3ha de soja, isso até automaticamente.

Temos experiência chegando a ser “constrangedora”, quando com as freqüentes estiagens ocorridas e ainda acontecendo, tínhamos de realizar as vistorias de Proagro, onde identificávamos agricultores com área de 4 a 5ha, financiado a metade com soja e praticamente sem produção de alimento para seu próprio consumo.

Agricultores com “insegurança alimentar”, enfrentando dificuldades de sobrevivência, mas levado pelo sistema de produção de grãos onde temos toda a cadeia organizada, desde a produção até a comercialização. Cooperativas principalmente abandonaram alternativas importantes como o próprio leite, hoje sendo retomado, para dedicar-se exclusivamente à compra e exportação de grãos, bem como a comercialização dos insumos agrícolas, fertilizantes, agrotóxicos, etc.

Tendo então uma política pública voltada a produção e exportação de grãos, independente das características locais/regionais, grandes frustrações decorrentes algumas vezes de estiagens, outras dos altos custos de produção e baixos preços dos produtos, sem perspectiva de evolução, acelera-se o êxodo rural, principalmente o jovem rural.

O jovem rural sem a perspectiva de geração de renda, busca nas cidades as alternativas de crescimento pessoal, de diversão, de adquirir o que o jovem urbano possui, as possibilidades imensas de realizações, mesmo com decepções devido as dificuldades de emprego.

Os períodos de modernização da agricultura tem seus reflexos até os dias atuais, com o agricultor enfrentar situações até de dúvidas, sem saber em que e onde investir, já não conseguindo acompanhar a evolução dos preços de insumos e equipamentos e os preços dos produtos não cobrindo algumas vezes nem os custos. O agricultor acostumou-se com a utilização de maquinários, do uso de produtos agroquímicos que substituíram equipamentos mais rústicos e que ocupavam mais mão de obra.

Uma mudança deste sistema é urgente para obtermos novamente a produção de alimentos com o agricultor familiar, para sua subsistência, utilização de tecnologias com custos mais baixos, utilizando melhor o que sua propriedade oferece através, por exemplo de adubações orgânicas, fitoterápicos em animais, diminuir uso de medicamentos e agrotóxicos, uso de pastagens, enfim tecnologias que são econômica, ambientalmente e socialmente sustentáveis.

O agronegócio está em um momento importante, com olhares governamentais, lideranças internacionais, o País sendo observado com atenção devido as imensas possibilidades de avançar, tanto em produtividade, área de cultivo, clima, solos e portanto diversidade de produção de energias renováveis.

Mas a segurança alimentar é um tema que vem ao encontro da necessidade mundial de alimentos devido sua vulnerabilidade existente, pois mesmo com toda a tecnologia existente, mecanizações, tecnologias com descobertas de cultivares tolerantes a certas doenças, pragas e até estiagens, a miséria avança em praticamente todo o mundo, com previsão da FAO para 2009, chegando a 1,02 bilhão de pessoas que passam fome, significando uma sexta parte da população mundial que sofrerão de subnutrição alimentar, (jornal Correio do Povo de 20/06/09 pág 6.). Segunda a FAO, em 1996 a meta era reduzir pela metade as pessoas que passam fome, esta meta não será alcançada.

No município de Santo Ângelo, onde sou Secretário de Agricultura, propomos a realização do “Plano de Desenvolvimento Sustentável de Santo Ângelo”, e através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário realizamos 30 reuniões nas Comunidades Rurais com mais de 600 participantes, sendo instrumentos de discussão e construção deste Plano. Depois de percorrermos 100% do meio rural, com 5 representantes escolhidos pelas Comunidades, realizamos um Seminário onde apresentamos todas as propostas e sugestões por comunidade, encaminhando as mesmas para o Conselho sistematizá-las e elaborar o Plano Anual e também o Plano Plurianual.

Potencializamos as políticas dos governos, Estadual e principalmente Federal, através da participação do município com subsídios, a Assistência Técnica possui, através também co Conselho, um “Fórum Técnico Permanente” coordenado por nós e que inclui, além da Prefeitura, a Cooperativa, Emater, Associação Missioneira de Engenheiros Agrônomos e outros particulares. Este Fórum tem e responsabilidade de executar, em conjunto as políticas públicas municipais, racionalizar a distribuição de trabalho para cada Entidade, elaborar estratégias, metodologias para melhor orientar os agricultores do município.

Com isso, dividimos e somamos as responsabilidades, tendo também os agricultores familiares como parceiros nesta tarefa, pois o Plano de Desenvolvimento que ainda estamos construindo, e ele não é “fechado”, está sempre em discussão, avaliações periódicas, com compromisso de retornarmos às Comunidades Rurais para estas avaliações e futuras programações.

As políticas públicas devem envolver seu atores, neste caso agricultores (as), também os responsabilizando, oferecendo oportunidade de opinar, discutir e principalmente decidir

sobre onde, como e quem realizará estas alternativas, em freqüente reunião para juntos buscarmos saídas, e também reprogramarmos o que não foi corretamente implementado ou não possível ser realizado.

È promoção da cidadania, onde seus atores sociais participam não somente ouvindo, mas decidindo, avaliando e reavaliando periodicamente, buscando também as particularidades de cada Associação, Comunidade, Cooperativa de Produção ou outro tipo de organização existente, como os grupos informais, que envolvem os vizinhos, com verdadeiros mutirões e ajuda mutua que muito temos em nosso município e que, quem sabe pelas dificuldades existentes no setor, relembram seus antecedentes que tinham como prática corriqueira esta forma de trabalho e de vivência.

Temos condições de mudanças significativas em nosso local/região, devemos nos propor a isso, dedicar-nos, potencializar as políticas públicas existentes para envolver e também responsabilizar os beneficiários, aos poucos diminuindo o paternalismo existente que somente dá, não “deixa” o ser evoluir principalmente como cidadão com discernimento e opinião própria.

8 MODALIDADES DO PAA

O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) possui quatro modalidades que vêm ao encontro da proposta do Governo Federal de enfrentamento à pobreza e à insegurança alimentar, bem como fortalecer a agricultura familiar através da aquisição de seus produtos.

8.1 Modalidade compra direta da agricultura familiar

Essa modalidade é operacionalizada com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, cujo executor é a CONAB e destina-se à garantia de preços de mercado para uma lista dos principais gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar, visando o fortalecimento desses agricultores, a constituição de estoques estratégicos desses alimentos e a composição de cestas de alimentos para distribuição gratuita a comunidades em vulnerabilidade social. Nesta modalidade são comercializados os produtos arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo, (d'AVILA e ROVERSI).

8.2 Modalidade formação de estoques pela agricultura familiar

É uma modalidade operada também com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e executada pela CONAB, a qual se destina à melhoria da comercialização da produção da agricultura familiar por duas formas: formação de estoques para a venda fora da safra com melhores preços ou visando a obtenção de melhores preços pela agregação de valor ao produto com o seu processamento. Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. Os alimentos adquiridos na modalidade destinam-se à composição de cestas de alimentos para distribuição gratuita a comunidades em vulnerabilidade social, (d’AVILA e ROVERSI).

8.3 Modalidade compra da agricultura familiar para doação simultânea

São municípios e estados que operacionalizam esta modalidade, quando a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN selecionam através de editais,. Destina-se à aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, de origem agrícola, pecuária, extrativa, ou da indústria familiar, visando a doação a populações em situação de risco alimentar atendidas por entidades da rede de proteção social de caráter governamental ou não-governamental. É operada por Estados, Municípios e pela CONAB e visa promover a articulação entre a produção familiar e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional e os programas sociais de combate à fome. Para tanto são adquiridos produtos de agricultores familiares organizados em associações, cooperativas, em grupos informais e também daqueles não-organizados, no caso das operações realizadas em parceria com estados e municípios. Os alimentos adquiridos são distribuídos a creches, escolas, abrigos, hospitais, entidades sócio-assistenciais que fornecem refeições a pessoas em vulnerabilidade social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros (d’AVILA e ROVERSI).

8.4 Modalidade ‘incentivo à produção e ao consumo do leite – IPCL’ ou ‘PAA-LEITE’

O objetivo é assegurar o consumo de leite a gestantes, crianças, nutrizes, idosos e outros públicos prioritários através da aquisição da produção leiteira de agricultores familiares com produção de no máximo 150 litros de leite por dia, limitado a aquisição de 100 litros por dia, (d’AVILA e ROVERSI).

9 METODOLOGIA

9.1 População e Amostragem

A população envolvida foi agricultores familiares do município de Santo Ângelo que fornecem seus produtos para o PAA. São 204 fornecedores do PAA, entrevistei 22 o que significa um pouco mais de 10% das famílias, observando jovens, agricultores e agricultoras que sempre participaram de feiras ou são quitandeiros (comercializa diretamente nos domicílios), agricultores que até o momento tinham na monocultura da soja sua renda familiar e com o programa buscou a diversificação, mulheres que a partir do programa possuem sua atividade com geração de renda.

9.1.1 Coleta de dados

Foi usado questionário semi-estruturado com informações primárias através de um roteiro de entrevistas, questionário. Os dados serão coletados diretamente com agricultores que realizam a entrega dos produtos ao PAA, informações secundárias em Entidades e Instituições. Em tabelas demonstramos os resultados fornecidos pelos(as) agricultores(as) e jovens rurais envolvidos no programa através da produção e entrega dos alimentos.

10 ANÁLISE DOS DADOS

10.1 Resultados e discussão

10.1.1 Perfil dos agricultores familiares

Demonstra uma área própria média de 9,46ha e arrendada de 5,04ha,mas devemos considerar que entre os 22 entrevistados 6 são jovens rurais e somente 1 possui área própria e os demais pequenas áreas arrendadas dos próprios pais.

As principais culturas conforme tabela é uma grande diversidade, quando a olericultura geral é que predomina renda bruta mensal R\$1.100,00, quando percebemos que a maioria não sabe a sua renda mensal e nem custos de produção. Em sua maioria possui alguma forma de organização em participação em Associações, no município tem 22 Associações formais que se reúnem para compra e uso de equipamentos, comercialização de produtos como é o caso da Alimentação Escolar com fornecimento de seus produtos (tabela 01).

Tabela 01 – Tabela onde demonstra a área dos agricultores, própria e/ou arrendada, a principal cultura da propriedade, renda mensal bruta e forma de organização, Associação ou individual.

	Área própria(ha)	Área arrendada(ha)	Principal cultura	Renda Mensal R\$	Participa em Associação (nº)
01	25,0	20,0	Soja-milho	2.000,00	Sim-1
02	Não	5,0	Soja	540,00	Não
03	6,0	Não	Diversificado	2.000,00	Sim-1
04	18	12,5	Soja	500,00	Sim-2
05	Não	3,0	Mandioca	540,00	Não
06	14,0	6,0	Diversificado	900,00	Sim-1
07	15,0	Não	Melão-milho	350,00	Sim-1
08	Não	11,0	Leite	600,00	Sim-1
09	6,0	12,0	Mandioca-	350,00	Não

			feijão		
10	Não	3,0	Hortigranjeiro	540,00	Não
11	5,7	Não	Leite	800,00	Não
12- 1	1,5	8,5	Melão	1.100,00	Sim-1
13	10,0	Não	Melão-peixe	1.500,00	Sim-2
14 -2	9,0	6,0	Hortigranjeiro	1.900,00	Sim-1
15	não	4,0	Hortigranjeiro- leite	1.200,00	Sim-1
16- 3	5,0	8,0	Leite	1.500,00	Sim-1
17 -4	34,0	Não	Leite-ovos	1.100,00	Sim-1
18 -5	12,5	8,0	Leite-fruta	2.000,00	Sim-3
19	23,0	não	Amendoim	800,00	Sim-1
20	18,0	Não	Leite-milho	1.620,00	Sim-2
21	Não	2,0	hortigranjeiro	540,00	Sim-1
22	5,5	20,0	diversificado	1.500,00	não

Negrito: jovens rurais

Dois números: mulheres agricultoras

Assistência Técnica pela equipe



Foto 01 – Produção de pêsego



Foto 02 – Produção de alface



Foto 03 – Visita a uma propriedade de produção de melão

10.1.2 Significado do PAA à família e ao município

A diversidade de produtos produzidos pela agricultura familiar de Santo Ângelo é significativa, pois os 22 entrevistados produzem 34 produtos com entregas semanais, quinzenais e mensais, ressaltando que alguns deles são sazonais, isto é, são produzidos e entregues em certo período do ano, caso do melão, cebola, milho verde e outros. Em relação à importância do PAA à família a manifestação de ser mais uma renda, transmite segurança e incentiva as mesmas, sendo que muitos se expressaram que estão na propriedade devido ao PAA. Quanto à importância do PAA à agricultura do município, todos se manifestaram que o programa contribui para que as famílias e principalmente para os jovens rurais permaneçam no meio rural, e que o programa muito contribui para o bem estar da família e proporciona confiança e ânimo ao trabalho(tabela 02).

Assim, observando as respostas principalmente em relação ao significado do PAA para o município de Santo Ângelo, potencializando a esperança de diminuir a saída do jovem rural de seu meio, proporcionando novas perspectivas de vida.

Tabela 02 – Informa os produtos produzidos pelos agricultores fornecidos ao PAA, a frequência de entrega e o que o Programa significa para sua família e para o município de Santo Ângelo na opinião dos entrevistados.

	Produto ao PAA	Frequência de entrega	O que significa PAA à família	O que significa o PAA ao município
01	Cenoura e pepino	Mensal	Mais um mercado	Segura agricultor no interior
02	Bolacha	Quinzenal	Nova fonte de renda	Jovem ficar interior
03	Pão, rapadura	Mensal	Uma renda a mais	Ajuda segurar as pessoas no meio rural
04	Cebola, repolho, beterraba, cenoura, bergamota	quinzenal	Mais uma renda	Manter os filhos na propriedade
05	Mandioca, batata doce, pepino	Quinzenal	Mais uma renda, alimento qualidade	Melhor condições de ficar meio rural
06	Pão	mensal	Uma renda a mais, diversificação	Ajuda permanecer no meio rural
07	Moranga, melão, milho, Mandioca, mogango	Quinzenal	Segurança para ficar na agricultura	Permanência, “estaria na cidade”
08	Mandioca, abóbora, laranja, bergamota, milho verde	Quinzenal	Alternativa de renda, mostra que não precisa vir de fora	Incentivo pra mim e filhos ficar propriedade

09	Alho,feijão,mandioca	Mensal	Melhora renda	Renda a mais p/ficar
10	Beterraba,tempero verde Rúcula	Semanal	Renda extra	Melhorou bastante, antes muitas pessoas se mudavam para cidade e agora com o programa não falam mais em sair
11	Mandioca,melancia,melão	Mensal	Mais uma fonte de renda, mercado certo	Favorece o agricultor continuar agricultura
121	Melão,schmier,beterraba, Batata doce,mogango	Quinzenal	Garantia de entrega dos produtos	Grande desenvolvimento, vontade de ficar na lavoura
13	Alface,mandioca,melão	Semanal	Incentivo para agricultura	Incentivo p/agricultura como um todo,agricultor pode ficar na agricultura
142	Pão,bolacha,schmier	Quinzenal	Produção de alimentos,através do programa consegui outros mercados	Substituição da empobrecedora monocultura pela riquíssima diversificação, vem ao encontro da agricultura familiar para permanecer no

				campo.
15	Beterraba, melão, cenoura Schmier	Mensal	Segurança e estabilidade, através do programa, maior diversificação, agregação de valor e geração de renda, permanência campo	Na história do município na agricultura familiar para mim foi o maior avanço alcançado, hoje há diversificação, industrialização e mão de obra
16 3	Pão, bolacha, mandioca	quinzenal	Venda do produto, renda e vida digna	Manter a família no interior, alimento de qualidade
17. 4	Ovos, mandioca, chuchu, Abóbora, moranga	Quinzenal	Projeto muito bom, renda a mais, filhos podem ficar na propriedade	Crescimento, mudança de produção, avanço , entidades recebem alimento de qualidade para o município
18 5	Geléia	Mensal	Renda a mais, incentivo ao produtor, aproveita melhor o produto	Geração de renda, manter o agricultor na propriedade
19	Amendoim	Mensal	Renda e comércio garantidos, bom preço	Um forma de manter o produtor na propriedade
20	Pêssego, pão	Mensal	Ânimo e vontade de fazer as coisas	Muito bom, diminui êxodo rural
21	Repolho, beterraba,	Quinzenal	Incentivo para a	Significa um

	Cenoura, Bergamota		produção	incentivo ao jovem a permanecer na atividade rural
22	Melado,milho verde, mandioca	Mensal	Uma renda a mais,maior segurança, pode contar com o dinheiro,ficar na agricultura	Uma das melhores coisas que aconteceu, facilita alimentação para quem não tem

Negrito: jovens rurais

Dois números: mulheres agricultoras

Alguns produtos entregues ao PAA



Foto 04 – alface embalados em sacos plásticos



Foto 05 – Diversidade de produtos como ovos, melão, repolho, milho verde, moranga e outros



Foto 06 – pães caseiros

10.1.3 Significado do possível término do PAA no município

Expressões fortes como “seria um fracasso, um caos, frustração, retrocesso, desespero” demonstra em si o que o PAA significa para estas famílias e para o desenvolvimento da agricultura de Santo Ângelo. Em certo ponto é até preocupante, pois as famílias depositam toda uma esperança no programa, algumas nem buscam outros mercados para ampliar sua renda, que é um dos objetivos do PAA, ou seja, ter mais alternativas de comercialização (tabela 03).

Portanto percebemos que o PAA tem um grande significado e nem imaginam o seu término, a reação destas famílias seria de desolação e desânimo perante a sua atividade agrícola como também em relação ao crédito em relação ao governo, nas 3 esferas, municipal, estadual e federal.

Tabela 03 – Na opinião dos entrevistados o que significaria para a agricultura do município o término do PAA.

	O que significaria o término do PAA em seu município?
1	Sentiria um impacto, deveria buscar outro jeito
2	Diminuição de renda aos agricultores
3	Frustração, estamos feliz com o PAA
4	Seria um caos, um fracasso
5	Mais dificuldade no interior, mais famílias vindo morar na cidade
6	Para muitos um desespero, caiu do céu
7	Grande perda ao município, enfraqueceria muito a agricultura
8	Seria uma quebradeira, muitos compram máquinas e pagam por mês
9	Ruim para os agricultores pois muitos se sustentam com o PAA
10	Aumento do êxodo rural
11	O PAA é uma luz no fim do túnel e essa se apagaria
12 1	Uma grande perda para os agricultores e para as entidades que recebem os produtos
13	Os agricultores estariam indo para a cidade
14 2	Um retrocesso irreparável afetaria o pequeno agricultor e as entidades que são beneficiadas
15	Uma perda irreparável, o empobrecimento na agricultura e fome no cotidiano das pessoas
16 3	O empobrecimento das famílias rurais
17 4	Os agricultores ficariam perdidos, viriam muitos para a cidade
18 5	Decepção para os agricultores
19	Seria um grande fracasso, não teria a renda de hoje
20	Êxodo rural
21	Significaria desincentivo ao jovem que vê na agricultura uma forma de subsistência
22	Seria um caos, 80 a 90% destes estaria na cidade

Negrito: jovens rurais

Dois números: mulheres agricultoras

Cursos e visitas às propriedades



Foto 07 – Curso de elaboração de macarrão



Foto 08 – Visita ao produtor de repolho e outros hortigranjeiros



Foto 09 – Curso de elaboração de schmier

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho buscou junto aos agricultores familiares, suas visões, opiniões e o que realmente sentem e consideram as políticas públicas para o seu desenvolvimento e do município de Santo Ângelo.

A agricultura familiar que tem uma função importante na produção de alimentos e enfrentamento à pobreza e insegurança alimentar, está tendo neste momento um apoio interessante principalmente do Governo Federal em parceria com os municípios. O PAA é um referencial pelo qual podemos fazer uma análise da influência deste programa na dinâmica rural do município.

Santo Ângelo tem como principal atividade agrícola a soja, onde ainda agricultores que possuem áreas pequenas, até 10ha, conseguem o financiamento bancário automaticamente, através do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para a soja e milho e não consegue para a maioria dos outros cultivos voltados à produção de alimentos, tendo portanto que avançar neste sentido.

A produção de leite é a principal alternativa e que hoje abrange mais de 1000 famílias, proporcionando uma renda mensal onde a família paga suas despesas mensais, como luz, água, telefone, alimentação, combustível e outros.

O trabalho demonstrou que o PAA hoje é muito representativo para Santo Ângelo, vai muito além do econômico, pois atinge também a auto-estima dos agricultores, a confiabilidade e segurança de obter recursos com regularidade e sem sobressaltos de possibilidade de não recebimento.

O PAA na opinião destas famílias é hoje fundamental para colaborar na permanência no meio rural, principalmente do jovem rural que vê no programa uma possibilidade de agregação de valor e geração de renda, sendo, portanto um dos motivos de suas permanências nas propriedades rurais.

As expressões usadas pelos entrevistados em relação a possibilidade de término do PAA no município nos leva a reflexões graves, pois estes programas não vieram para sustentar em si as famílias rurais, mas sim ser um alicerce de novos investimentos a buscas de novos mercados, mas não foi isso que percebi em contato com agricultores(as) e jovens rurais.

Devemos avançar, portanto, para que as políticas públicas possam alavancar setores da agricultura hoje ainda tímidos, principalmente em municípios e regiões onde a monocultura predomina e que se perdeu em parte o respeito às culturas, hábitos e conhecimentos.

O PAA trouxe outra dinâmica a agricultura de Santo Ângelo, vislumbrando alternativas de diversificação, agregação de valor através de agroindústrias e geração de renda, dando mais respeitabilidade e vida digna.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione:. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1997. p. 33-55. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/554.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2009

COMDASA: (Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Santo Ângelo)

COMSEA: (Conselho Municipal de Segurança Alimentar)

CONTERATO, Marcelo Antonio e FILIPI, Eduardo Ernesto. Teorias do Desenvolvimento.

CONTI, Irio Luiz. Segurança Alimentar e Nutricional. In: Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas. Passo Fundo: IFIBE, 2009. E-book (pgs 14 a 17) Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=124616> Acesso em: 05 dez.2010

COSTA, Cristiane. PASQUAL, Mariana. Participação e Políticas Públicas na segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=136021> Acesso em: 18 dez. 2010

D'AVILA, Claudia Romeiro e ROVERSI, Mariana Menezes Santarelli: Programa de Aquisição de Alimentos

Escritório Municipal da Emater de Santo Ângelo

KAGEYAMA, Ângela: Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida www.sober.org.br/palestra Acesso em 26 fev.2011.

Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/Eventos/IIIConferencia/Cartilha_CONSEA.pdf Acesso em: 14 nov. 2010

LOSAN. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Disponível em: <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/login/index.php>. Acesso em: 20 nov. 2010

MALUF, Renato S. MENEZES, Francisco. Caderno ‘Segurança Alimentar’ itens de 1 a 8, introdução a SAN e item 14 formulação de políticas públicas. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=129481> Acesso em: 04 dez.2010

MENEGETTI, A. Menegetti, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar

MIELITZ, Carlos, MELO, Lenivaldo. Políticas públicas agrárias e agrícolas e seus instrumentos. 2009. Disponível em: http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/7894/Aula_1_modulo_3_politica_publica_agrarias_agricolas_e_seus_instrumentos.pdf Acesso em: jan. 2011

MIELITZ, Carlos e MELO, Lenivaldo: Modernização da Agricultura e O Progresso Técnico na Agricultura

NAVARRO, Zander (2001b) “Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro”. *Estudos Avançados USP*, vol. 15, nº 26, PP

Programa Fome Zero. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoes> Acesso em: 18 dez. 2010

Relatório Final da II Conferência Nacional de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/consea> Acesso em: 15 nov. 2010

Secretaria Municipal da Agricultura – Santo Ângelo-RS

Segurança alimentar e nutricional agora é lei. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/noticias/seguranca-alimentar-e-nutricional-agora-e-lei> Acesso em: 14 nov. 2010

SOUZA Marcelino de: Estado Brasileiro, Políticas Públicas e Agricultura

TONNEAU, Jean Philippe e SABOURIN, Eric: Agricultura Familiar, Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais.

www.mda.gov.br Acesso em: 15 jan. 2011

www.mds.gov.br Acesso em: 15 jan. 2011

WWW.ibge.gov.br Acesso em: 18 dez 2010.

WWW.urisan.tche.br Acesso em: 17 dez 2010

APÊNDICES

Formulários para entrevista

Formulário de entrevista da família que comercializa produtos ao PAA no município de Santo Ângelo.

1 - DADOS PESSOAIS:

Nome:.....

Endereço/Localidade:.....

Município:.....

CEP:..... Telefone:.....Sexo:M(..)
F(..)

Escolaridade:.....

Filiação:(Mãe).....(Pai).....

Data de Nascimento:...../...../.....Idade:.....Estado Civil.....

Nome do cônjuge:.....

Data de Nascimento:...../...../..... Idade:..... Telefone:.....

Filiação:(Mãe).....(Pai).....

Nº de Dependentes que residem na Propriedade: (Masculino).....(Feminino).....

Idade:.....

Participa de Associação e/ Cooperativa de produção? Sim (...) Não (...)

Qual(s):.....

2 -DADOS DA PROPRIEDADE:

Possui:

Área Própria:..... Área Arrendada:.....

Atividade Principal:.....Área Ocupada:.....

Atividade Secundária:.....

3) Qual a renda aproximada mensal?

4) Possui outras rendas externas a da agricultura? Ex. Aposentadorias

5) Planta alimentos para a subsistência? Quais?

6) Possui horta e pomar?

7) Cria animais domésticos? Quais?

- 8) Qual a principal atividade econômica da propriedade?
- 9) O que cultivava e produzia na propriedade antes do PAA? E agora?
- 10) Quais os produtos que entrega ao PAA?
- 11) O que mudou da rotina em sua propriedade após o início de entrega ao PAA?
- 12) Quais as dificuldades que enfrentam para a produção destes alimentos ao PAA?
- 13) Possui mão de obra suficiente para produção ao PAA?
- 14) Comercializa seus produtos, além do PAA? Onde?
- 15) Recebe algum tipo de incentivo e/ou assistência técnica para melhorar a produção?
- 16) Do seu ponto de vista, deveriam ou não ser feitas mudanças em relação ao programa? O que precisaria?
- 17) De quanto em quanto tempo são feitas as entregas pelo PAA?
- 18) O que significa o PAA para você e sua família? Houve melhora na renda e qualidade de vida?
- 19) Quais as perspectivas que você tem em relação a continuidade ou não do PAA?
- 20) O que significa na sua opinião o PAA para Santo Ângelo no desenvolvimento rural do município?
- 21) O que significaria o término do PAA em seu município?
- 22) De modo geral, qual a sua opinião em relação ao PAA e quais suas sugestões?